



EDUCANDO PARA PROMOVER SAÚDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE VACINAÇÃO INFANTIL NO CURSO TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Emília Natali Cruz Duarte ¹
Aline Fernanda Silva de Moura ²
Jhonatan Meireles da Silva Lopes ³

INTRODUÇÃO

O acompanhamento do crescimento e desenvolvimento na infância é um dos pilares da vigilância em saúde da criança, já que visa à redução e/ou controle dos índices morbimortalidade infantil, índice esse que traduz o nível de desenvolvimento socioeconômico de uma sociedade. A redução da mortalidade infantil, foi inclusive uma das metas para o milênio proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU), onde a expectativa era o decréscimo para menos de 15,7 óbitos por 1000 nascidos vivos; essa meta foi alcançada no Brasil desde 2011 e muito se deve a melhorias das condições socioeconômicas e da oferta de serviços de saúde (Brasil, 2019).

No Brasil, as primeiras estratégias em serviços de saúde para intervenção sobre a morbimortalidade na infância foram iniciadas em meados do século XX com o programa de saúde materno infantil, mas teve seu salto com a criação do Programa Nacional de Imunizações (PNI) em 1973. O PNI que iniciou sua atuação antes mesmo da criação, em 1988, do Sistema Único de Saúde (SUS), foi determinante para o controle bem-sucedido das doenças imunopreveníveis no Brasil, contribuindo sobremaneira para melhorias importantes na situação de saúde da população brasileira, como na redução de incidência e da mortalidade por doenças imunopreveníveis, especialmente nos primeiros anos de vida (Domingues, 2019). Essa movimentação pela imunização foi ainda mais consolidada pelas discussões feitas em âmbito internacional (Organização Mundial da Saúde- OMS e Organização Panamericana de Saúde - OPAS) por conta da elevada morbimortalidade de crianças por doenças imunopreveníveis e a existência e disponibilidade de tecnologias custo-efetivas para o trabalho contra essas patologias com a imunização (Brasil, 2018).

¹ Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, emyduartester@gmail.com;

² Graduada pelo Curso de Geografia do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE, aline_fgomes@hotmail.com;

³ Graduando pelo Curso de Medicina da Universidade de Buenos Aires - UBA, jhonatanmeireles@campus.fmed.uba.ar;



Por isso, o Ministério da Saúde (MS), estabelece a programação desde muito cedo para a vacinação infantil, embasado em um calendário vacinal da criança a ser seguido. Os subsídios para a garantia de um alto índice de vacinação infantil vêm apoiado em uma agenda desenvolvida na Estratégia de Saúde da Família (ESF) que através do seguimento de protocolos e programas ajudam a continuidade do programa de imunizações e do acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil. Com isso, o PNI se utiliza do arcabouço da ESF para avaliar, coordenar sua atuação e programar campanhas ordinárias e extraordinárias diante de surtos de patologias imunopreveníveis. Através do Sistema Único de Saúde (SUS), o PNI garante que todo o cidadão brasileiro tenha uma imunização completa, eficaz e segura. Trata-se de ações nacionais de preservação, transporte, distribuição e gestão de vacinas e biológicos especiais, buscando ampliar a cobertura vacinal de forma homogênea atingindo mais de um terço de toda a população. (GUIMARÃES, 2017).

As garantias para a vacinação na infância vem estabelecida inclusive pelo estatuto da criança e do adolescente (ECA), a lei nº 8.069/90 que regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, visa estabelecer os direitos e a proteção integral a essa população. O ECA, no parágrafo único do Art. 14, estabelece que é “obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias”. Os profissionais de saúde têm função fundamental ao promover informação à população sobre a segurança e eficácia das vacinas e podem influenciar positivamente as taxas de cobertura vacinal, respondendo às perguntas dos pais e abordando equívocos comuns.

Dados fornecidos pelo Ministério da Saúde, através do programa “DATASUS”, evidenciam que a vacinação está diretamente relacionada à mortalidade infantil (menores de um ano de idade). Em 2021, o MS apresentou dados alarmantes sobre os baixos índices da vacinação no país, onde o Brasil está entre os dez países no mundo com a maior quantidade de crianças com a vacinação atrasada. É fundamental que os pais ou responsáveis tenham conhecimento que a vacinação é um direito da criança.

Durante a formação dos profissionais de saúde, sobretudo dos técnicos de enfermagem que são os principais profissionais vacinadores na sala de vacina dentro da ESF, é necessária o conhecimento sobre os direitos e deveres na vacinação infantil. O presente relato de experiência visará sobre a temática da importância da imunização infantil em crianças de 0 a 5 anos, a fim de comprovar sua ligação com a melhoria da saúde e qualidade de vida, demonstrando o quão importante é a imunização e a necessidade das pessoas se conscientizarem sobre isso.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, observacional e quantitativo do tipo relato de experiência, que traz uma apresentação de uma reflexão sucinta, a partir de uma organização estruturada pelos alunos, com orientação da professora Emília Dantas, no qual buscaram relatar as experiências vividas nas aulas teóricas e práticas na disciplina de Saúde Coletiva, assim como os aspectos positivos que essas aulas deixaram na vida acadêmica e posteriormente, profissional dessas estudantes.

Contendo de forma geral, informações sobre o que foi realizado, conforme planejamento, e os resultados alcançados fazendo a relação entre a teoria e a prática, conhecimentos desenvolvidos no curso e aplicados na prática trazendo contribuições para o ensino a partir da vivência prática (Universidade Federal De Juiz De Fora, 2017; Cortes et al., 2018).

REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção apresentaremos o embasamento teórico usado para fundamentar esse estudo, destacando autores que abordam a temática, legislações e normas legais que fundamentam o processo de imunização infantil e sua importância.

Segundo os art. 196 e 197 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988):

Art. 196 - A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197 - São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Com base no texto legal, destaca-se que a saúde é direito de todos e dever do Estado, cabendo ao poder público propiciar nos termos definidos por lei, sua efetivação através da criação de políticas públicas, que possibilitará a oferta de acesso aos serviços de saúde em todos os municípios brasileiros.

Na atualidade, com o constante desenvolvimento da ciência, farmacologia, microbiologia e da imunologia, sem deixar de citar os estudos de sociologia e epidemiologia, há a ampliação das concepções e impactos que as vacinas têm representado para a sociedade

atual, e em todas essas áreas sendo um dos principais fatores de promoção de saúde e prevenção de doenças (FEIJÓ; SÁFARI, 2006).

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) desenvolvido pelo próprio Ministério da Saúde em 1971, é responsável por disponibilizar imunizantes a vários tipos de doenças, bem como, pela atuação, prevenção, combate, controle e até mesmo a eliminação total de doenças. O PNI se destaca, por ser um programa que apresenta os maiores índices de resultados no que se refere à imunização, se tornando referência quanto a erradicação e também ao controle de doenças infecto contagiosas. É responsável pela distribuição de imunizantes, para toda a população beneficiando-a através do Sistema Único de Saúde (SUS) (PORTAL BUTANTAN, 2021). Segundo dados do Conselho Nacional de Saúde (2008):

O SUS representa uma conquista da sociedade brasileira porque promove a justiça social, com atendimento a todos os indivíduos. Além disso, é o maior sistema público de saúde do mundo, atendendo a cerca de 190 milhões de pessoas, sendo que 80% delas dependem exclusivamente do sistema para tratar da saúde (BRASIL, 2008, s/p).

Diante dessa perspectiva, é possível destacar a importância do SUS, bem como, da sua concretização enquanto um dever do Estado, em prol de proporcionar saúde à sociedade, um dos direitos fundamentais das pessoas, buscando promover justiça social e proporcionar atendimento a todos os cidadãos brasileiros que dele necessitar. Atualmente sabe-se que a vacinação é importante por fazer com que o organismo produza anticorpos contra doenças, além de auxiliar na erradicação de várias doenças, a vacina contribui para a segurança da sociedade em geral, pois elimina as chances de indivíduos não imunizados contraírem doenças.

Sobre a vacina, Ballalai (2013 p.37) define como:

Vacinas são produtos biológicos obtidos a partir de microrganismos inativados, vivos atenuados ou de fragmentos capazes de simular o antígeno selvagem como um todo e assim induzir a produção de anticorpos antígenos-específicos. A vantagem dessa simulação está na possibilidade de induzir a resposta imunológica específica sem que a doença ocorra, já que os antígenos vacinais são pouco (vacinas atenuadas) ou nada (vacina inativada) virulentos (BALLALAI, 2013, p.37).

Nesse sentido, as vacinas são utilizadas para induzir imunidade, atuando nas respostas imunológicas sem que possa ocorrer a doença, com o objetivo de produzir os anticorpos e imunidade para defesa do organismo de possíveis doenças.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência se deu através das aulas da professora Emília Dantas, na disciplina de saúde coletiva, 3º módulo, onde a mesma levou a turma para o laboratório e fez uma aula diversa, colocando a posto teoria e prática.

No primeiro momento, ela apresentou para a turma a história da vacina no Brasil, expondo as teorias que compõe a disciplina, assim como os diligentes que foram essenciais para as conquistas históricas frente a vacinação no Brasil, nos mostrando o quão importantes foram para que hoje em dia pudéssemos ter vacina segura e disponível para toda a população, assim como leis que seguram ao nosso direito de sermos vacinados.

Em um segundo momento, ela nos apresentou as vacinas infantis que compõe a caderneta de vacinação, assim como as idades que as crianças devem se vacinar, e a quantidade de doses. Explanou o assunto no qual fez sua explicação sobre a importância da vacinação infantil e das políticas públicas de saúde, apontando o SUS e o PNI como articuladores e facilitadores da eficácia para se ter uma melhor disponibilidade das vacinas infantis, tal como as campanhas de vacinações que estimulam a população a levar seus filhos para completarem seu esquema de vacinação.

Após a experiência obtida nas aulas de saúde coletiva, com ênfase no conteúdo de vacinação infantil, observamos que é um assunto de extrema importância, e que precisa de uma constante visibilidade, além de ser um ato de saúde pública mundialmente, pois a prevenção e imunização de criança é o principal ponto para a redução da mortalidade infantil. Quanto aos técnicos em enfermagem, vemos que são essenciais e estão na linha de frente na garantia e busca de uma completa caderneta de vacinação infantil, já que são eles que se atentam ao esquema de vacinação e estão sempre monitorando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, a vacinação assume papel de grande importância, tanto na proteção individual das doenças imunopreveníveis, quanto na proteção coletiva, interrompendo, portanto, a transmissão destas doenças, o que resultará em seu controle ou até em sua erradicação. Esta estratégia tem sido um dos meios mais efetivos de se reduzir e prevenir doenças infecciosas, acarretando em uma série de benefícios como a prevenção de milhões de

mortes e de incapacitação de crianças, além de diminuir os gastos do país com o tratamento médico das doenças imunopreveníveis.

Quanto aos técnicos em enfermagem, vemos que são essenciais e estão na linha de frente na garantia e busca de uma completa caderneta de vacinação infantil, já que são eles que se atentam ao esquema vacinal e estão sempre monitorando, assim como vacinando toda a população.

Palavras-chave: Vacinação Infantil; Imunização; Mortabilidade; Técnicos em Enfermagem.

REFERÊNCIAS

- BALLALAI, I. Manual prático de imunizações. São Paulo: **A. C. Farmacêutica**, 2013.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: **Senado Federal**, 1988.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Cartilhas de vacinas: para quem quer mesmo saber das coisas**. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cart_vac.pdf>. Acesso em: 28 Mai. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Nacional de Imunizações: 30 anos**. Brasília, 2003.
- DOMINGUES, C. M. A. S. et al. Vacina Brasil e estratégias de formação e desenvolvimento em imunizações. **EDITORIAL • Epidemiol. Serv. Saúde**, 2019.
- FEIJÓ, R. B.; SÁFADI, M. A. P. Imunizações: três séculos de uma história de sucessos e constantes desafios. **Jornal de Pediatria**, v. 82, n. 3 suppl p. s1-s3, 2006.
- GUIMARÃES, K. **Vacinação em queda no Brasil preocupa autoridades por risco de surtos e epidemias de doenças fatais**. BBC, 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41045273>>. Acesso em: 22 de Mar. 2023.
- INSTITUTO BUTANTAN. **Imunização: uma descoberta da ciência que vem salvando vidas desde o século XVIII**. Instituto Butantan, 2021. Disponível em: <<https://butantan.gov.br/noticias/imunizacao-uma-descoberta-da-ciencia-que-vemsalvando-vidas-desde-o-seculo-xviii>>. Acesso em: 26 Abr. 2023.
- UNASUS. **Coronavírus: Brasil confirma primeiro caso da doença**. Disponível em: <<https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-dadoenca>>. Acesso em: 14 Abr. 2023.